mei studies

Pedagogia do telejornalismo nos dez anos da Lei do Feminicídio



Profª Drª Cláudia THOMÉ (PPGCOM/UFJF)
Laís Possani S. R. GUIMARÃES, mestranda, bolsista PBPG/UFJF
Simone Cândida da SILVA, mestranda, bolsista Capes

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE SUBJETIVAÇÃO E IMAGINÁRIOS FEMININOS EM NARRATIVAS MIDIÁTICAS

ppgcom
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UFJF

Narrativas Midiáticas e Dialogias

PEDAGOGIAS CONTRA O FEMINICÍDIO · O TELEJORNALISMO NOS DEZ ANOS DA LEI

O que o telejornalismo ensina quando a notícia é a própria lei?

OBJETO

Lei nº 13.104/2015, a Lei do Feminicídio

CORPUS

Jornal Nacional, Jornal da Record e Jornal da Band

RECORTE

Edições de 7 a 11 de março de 2025

9 DE MARÇO DE 2015 · 9 DE MARÇO DE 2025

Uma década da Lei do Feminicídio

QUALIFICA O HOMICÍDIO

Altera o art. 121 do Código Penal: homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

QUALIFICA O HOMICÍDIO

Altera o art. 121 do Código Penal: homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

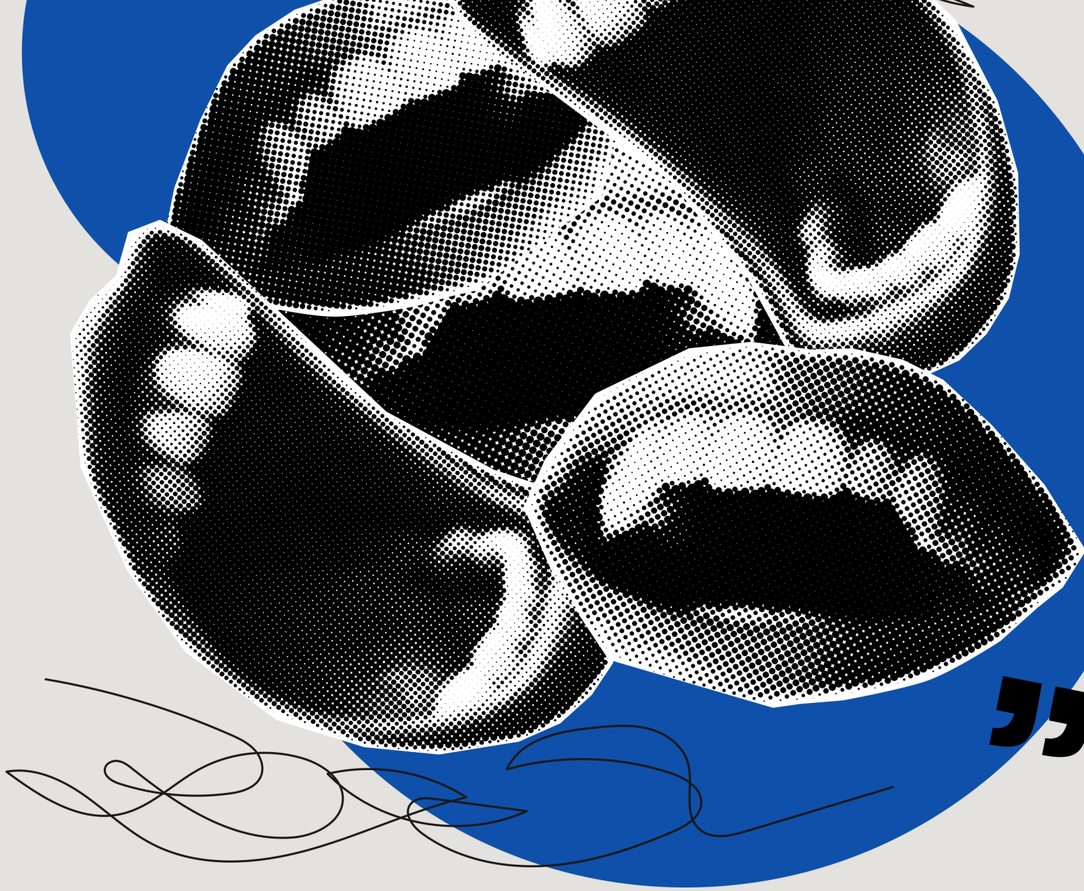
QUALIFICA O HOMICÍDIO

Altera o art. 121 do Código Penal: homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

NO ANIVERSÁRIO DE DEZ ANOS, A LEI VIROU NOTÍCIA E MOBILIZOU:
A DIVULGAÇÃO DE DADOS DE VIOLÊNCIA · AVALIAÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA LEGISLAÇÃO · EXPLICAÇÕES SOBRE O SIGNIFICADO SOCIAL E JURÍDICO DO FEMINICÍDIO

UM PONTO DE PARTIDA

Atribuir o reconhecimento do feminicídio apenas à lei apaga décadas de mobilização dos movimentos de mulheres e das feministas.



Violências circunscritas à esfera privada só se tornaram questões públicas e de direitos humanos porque foram denunciadas, nomeadas e disputadas.

AGENDAMENTO POLÍTICO · 1

Dos movimentos às instituições (1975-1988)

1975

ANO INTERNACIONAL DA MULHER (ONU)

Surgem centros e coletivos feministas, como o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro.

1980

“QUEM AMA NÃO MATA”

Protestos contra a absolvição, no primeiro julgamento, do assassino de Ângela Diniz pela tese da “legítima defesa da honra”, só declarada inconstitucional pelo STF em 2023. Surgem os primeiros SOS Mulher.

1985

PRIMEIRA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER (SP)

Criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

1988

“LOBBY DO BATOM”

A Carta das Mulheres aos Constituintes contribui para que a Constituição atribua ao Estado coibir a violência nas relações familiares.

FONTE: TELES (2023)

AGENDAMENTO POLÍTICO · 2

Das normas internacionais à tipificação (1994-2015)

1994

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ

Ratificada pelo Brasil em 1995, reconhece a violência contra as mulheres como violação de direitos humanos.

2001

CASO MARIA DA PENHA

A Comissão Interamericana responsabiliza o Estado brasileiro por negligência e tolerância.

2006

LEI MARIA DA PENHA

Organizações feministas contribuem para o anteprojeto.

2013

CPMI DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O relatório final propõe tipificar o feminicídio.

2015

LEI Nº 13.104

A Lei do Feminicídio é o ponto de chegada de um percurso, não o seu início.

FONTE: TELES (2023)

AGENDAMENTO INTELECTUAL

A produção intelectual também nomeou a violência

SAFFIOTI (1969; 2004)

As relações estruturais que organizam a condição das mulheres; a violência situada nas relações patriarcais.

CORRÊA (1983)

Nos julgamentos de homicídios conjugais, os tribunais julgavam também as mulheres, reconstituindo sua conduta e moralidade.

GONZALEZ (1984)

A violência contra as mulheres negras obedece a uma lógica própria de racismo e sexismo.

Para que práticas sejam percebidas como violência, é preciso produzir categorias capazes de nomeá-las. É nessa disputa que o telejornalismo age.

VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL, 2021–2024

62,6%

ERAM MULHERES NEGRAS

36,8%

ERAM MULHERES BRANCAS



Quase o dobro da proporção de mulheres brancas, o que confirma o que Lélia Gonzalez denunciava em 1984.

FONTE: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2026)

REPRESENTAÇÃO (HALL, 2016)

Um mesmo fato, três nomes possíveis

CRIME PASSIONAL

TRAGÉDIA FAMILIAR

FEMINICÍDIO

Cada nome atribui ao assassinato de uma mulher pelo companheiro uma causa e um culpado diferentes.

A lei de 2015 escolheu um deles.
É na representação cotidiana, da qual o telejornal participa, que essa escolha se confirma ou se dilui.

Três entradas para ler a cobertura

VIZEU (2009); VIZEU E CERQUEIRA (2016)

Função pedagógica

O telejornal como “lugar de referência”, que organiza o mundo. O jornalista explica como um professor a uma audiência idealizada como quem não sabe. Explicar uma lei é participar da reconstituição de seu significado.

HALL (2016)

Representação

O sentido é fixado pelas palavras, pelas histórias e pelas imagens com que nos referimos às coisas, até parecer natural e inevitável.

MARTÍN-BARBERO (1997)

Mediações

As regras da reportagem (offs, sonoras, artes) configuram como a lei pode ser explicada. Quem decide o que é produzível orienta a escolha das fontes.

CERQUEIRA (2018), A PARTIR DE PAULO FREIRE

Que pedagogia está em jogo?

	Transmitir conteúdos	**Promover leitura crítica do mundo**
Ensinar é	traduzir e simplificar	transformar a compreensão que a sociedade tem da violência
No próprio campo	Manual de Telejornalismo da Rede Globo (1986): melhor ser “professoral” do que não ser entendido	Manual Universa para Jornalistas (2020): contexto histórico e social, cuidado com palavras, fontes e imagens
A pergunta da análise	A explicação da lei entrega um conteúdo pronto?	Ou problematiza a violência que deu origem à lei?

ESTADO DA ARTE · CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Da busca ampla às 30 pesquisas em Comunicação

532

teses e dissertações com o termo “feminicídio” (2009–2025)

160

na grande área de Ciências Sociais Aplicadas

30

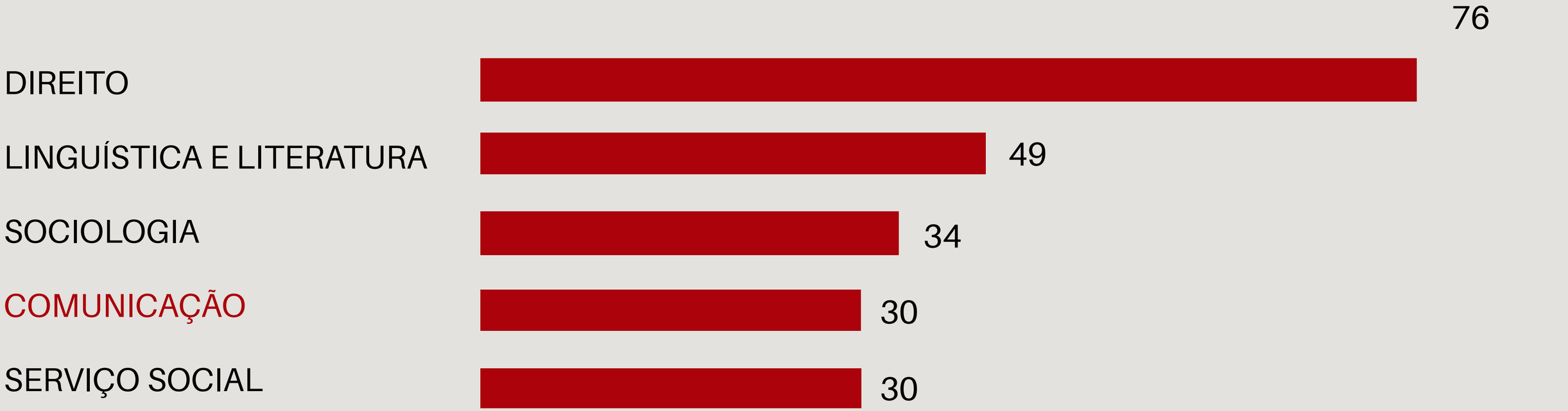
em Comunicação (28) e em Jornalismo e Editoração (2)

7 doutorados · 17 mestrados acadêmicos · 6 mestrados profissionais
Pico em 2023, com 121 trabalhos; depois, 69 em 2024 e 6 em 2025

BUSCA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2026

PESQUISAS SOBRE FEMINICÍDIO POR ÁREA DE CONHECIMENTO

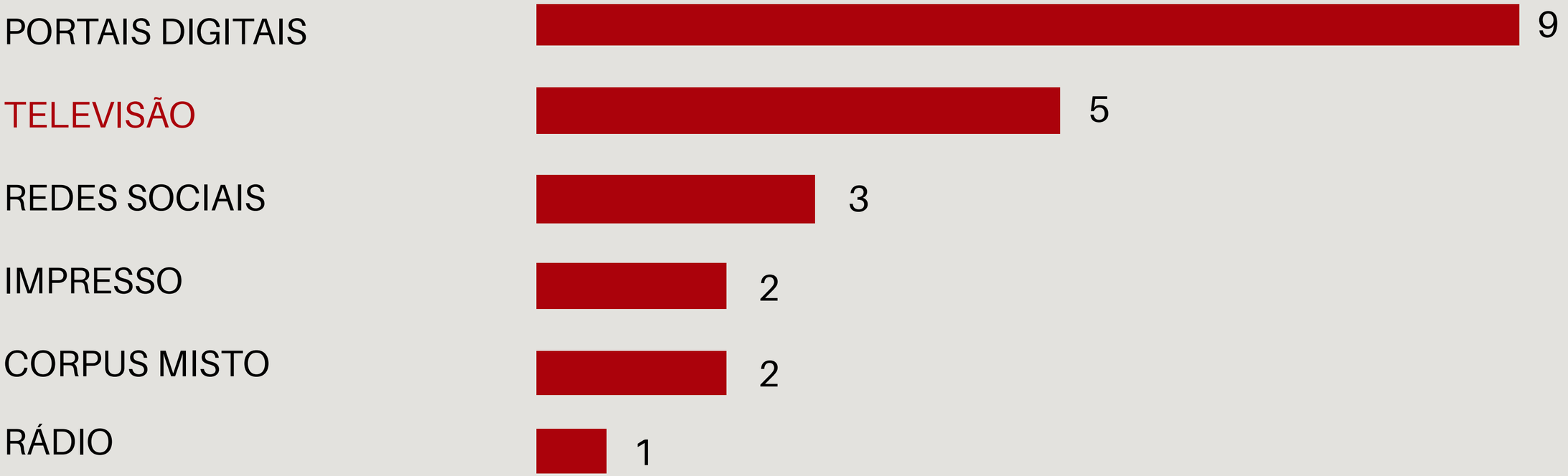
A Comunicação está entre as áreas que mais estudam o tema



FONTE: CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES · COMUNICAÇÃO INCLUI JORNALISMO E EDITORAÇÃO

OBJETOS DAS 30 PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO

22 delas analisam jornalismo; só 5, a televisão



FONTE: CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

O QUE A LITERATURA JÁ MOSTROU

Três padrões na cobertura do feminicídio

DEMORA EM NOMEAR

Mortes de mulheres por companheiros sem a categoria feminicídio; um telejornal narrou crimes sem pronunciar a palavra; jornalistas desconheciam o tipo penal.

Vernieri (2019); Ferigato (2019); Paz (2018); Rosas (2021)

VIA JURÍDICO-POLICIAL

Depois da lei, discurso centrado no direito; polícia e Justiça fornecem fontes, vocabulário e desfecho; a resposta tende a se reduzir à punição.

Santos (2020); Mariano (2019); Lima (2019); Pimentel (2021)

CULPA SOBRE A VÍTIMA

Vítima conformada e refém, agressor passional; palavra da vítima posta em dúvida; imagens de controle desumanizam mulheres negras.

Caldeira (2022); Garcia (2023); Bufelli (2020); Souza (2023)

A LACUNA

Nenhum estudo examinou como os telejornais de rede explicam a própria lei.

NOS ESTUDOS DE TV

Os cinco trabalhos concentram-se na dramatização e na emoção. Anjos (2023) descreve a “vítima ideal”, que se salva com ajuda do aparato jurídico-policial.

UMA JANELA METODOLÓGICA

Efemérides legais são recortes produtivos: Santos (2019), Garcia (2023), Souza (2023), Lopes (2023).

ESTE ESTUDO

Movimenta a pergunta da existência da função pedagógica para o seu conteúdo.

METODOLOGIA E CORPUS

Três reportagens de rede nacional

JORNAL NACIONAL

REDE GLOBO · 10/3/2025 · 3’53”

“Mais de 20 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses no Brasil”

JORNAL DA RECORD

RECORD TV · 10/3/2025 · 1’48”

“Lei do Feminicídio completa 10 anos em meio a alta de casos em todo o país”

JORNAL DA BAND

TV BAND · 8/3/2025 · 2’01”

“Brasil registra 4 casos de feminicídio por dia”

Utiliza-se a Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2016): elementos verbais, sonoros, imagéticos e narrativos observados de forma integrada, numa “entrevista ao objeto”.

RECORTE: EDIÇÕES DE 7 A 11 DE MARÇO DE 2025

EIXOS DE ANÁLISE

As perguntas feitas às reportagens

FUNÇÃO PEDAGÓGICA

- Houve função pedagógica? Como ocorreu?
- Como a lei foi explicada?
- Que compreensão da lei foi ensinada ao público?
- Ensinou só o conteúdo da lei ou também uma forma de interpretar o problema social que a originou?

FONTES DE DISCURSO

- Que sujeitos foram legitimados para falar?
- Quem foi silenciado?
- A produção de sentidos foi diferente nas reportagens feitas por homens e por mulheres?
- Que valores foram naturalizados?

EIXOS ELABORADOS PELAS AUTORAS (2026)

Cada telejornal ensinou uma parte do problema

JORNAL NACIONAL

A RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Violência como algo socialmente naturalizado
- Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- Testemunho de duas sobreviventes
- Não menciona o aniversário da lei, exibida um dia depois dele

JORNAL DA RECORD

O CICLO

- Especialista: a violência psicológica antecede a física
- Favorece a prevenção e a percepção do ciclo
- Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Menciona os dez anos da lei

JORNAL DA BAND

A NORMA

- Explica a lei e suas diretrizes, sem o ciclo da violência
- Câmeras de segurança e recursos sonoros reforçam a brutalidade
- Dados numéricos sem fonte informada
- Menciona os dez anos da lei

JORNAL NACIONAL · DADOS CITADOS NA REPORTAGEM

Uma violência sabida e calada

37,5%

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ

das mulheres de 16 anos ou mais sofreram violência física, sexual ou psicológica em 12 meses

91,8%

CASO MARIA DA PENHA

dos casos ocorreram na presença de testemunhas

47,4%

LEI MARIA DA PENHA

das mulheres “não fizeram nada” depois da violência

25,7%

CPMI DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

procuraram órgãos oficiais para dizer quem foram os agressores

“Há medo, vergonha. A subnotificação destes crimes ainda é uma realidade.” - passagem da repórter

PERÍODO: MARÇO DE 2024 A MARÇO DE 2025 · FONTE CITADA PELO JN: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL

O chamado a romper o silêncio

> *“Enquanto nós continuarmos coniventes e silenciando, mais mulheres vão continuar sofrendo violência.”*
>
> Diretora-executiva do FBSP · Jornal Nacional

> *“Reconhecer que o feminicídio existe, ele é grave e a gente está no quinto país mais violento no mundo para uma mulher existir.”*
>
> Especialista · Jornal da Band

MAS A LEITURA DE MUNDO QUE PREDOMINA
é de impunidade e de culpabilização velada: a mulher aparece como principal responsável por romper o ciclo antes do feminicídio.

Quem fala em cada reportagem

	Jornal Nacional	Jornal da Record	Jornal da Band
Bancada	Renata Vasconcellos (12 s)	Sérgio Aguiar (12 s) e Christina Lemos (5 s)	Joana Treptow (10 s) e o colega de bancada (5 s)
Reportagem	Repórter mulher; produção de um homem	Repórter homem	Repórter homem
Personagens	Duas sobreviventes de violência de gênero	Pai e prima da vítima	Nenhuma
Especialistas	Diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública	Presidente da OAB do Rio de Janeiro	Diretora de atendimento à mulher da Polícia Civil-RS e uma advogada

TEMPO DE FALA DO REPÓRTER (OFF E PASSAGEM)

O repórter ocupa a maior parte da reportagem



O Jornal Nacional tem mais que o dobro da duração das outras reportagens e é o que dá mais espaço às fontes. Ainda assim, a voz do repórter domina nos três casos.

PERCENTUAL DO TEMPO TOTAL DE CADA REPORTAGEM

QUEM DECIDE O QUE É PRODUZÍVEL (MARTÍN-BARBERO, 1997)

Todas as especialistas são mulheres. Todas falam do sistema de justiça e segurança.

Ordem dos Advogados do Brasil

Polícia Civil

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Movimentos de mulheres: nenhuma voz

A atenção à representação de gênero é real, mas a decisão editorial autoriza sobretudo a voz jurídico-policial, o mesmo enquadramento já apontado por Santos (2020) e Anjos (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta ensinada ainda recai sobre a vítima

O que se ensina

As reportagens convocam a sociedade a romper o silêncio, mas apresentam a mulher como principal responsável por interromper o ciclo da violência por meio da denúncia.

UMA CULPABILIZAÇÃO VELADA.

O peso do tempo

Explicar a complexidade do ciclo da violência doméstica em menos de dois minutos reduz a dinâmica a conceitos genéricos.

O RESULTADO REPRODUZ O SENSO COMUM.



PARA ONDE AVANÇAR

O avanço depende menos de ajustes técnicos e mais de repensar como o jornalismo compreende a violência de gênero e o seu próprio papel pedagógico.

CRITÉRIOS DO PRÓPRIO CAMPO · MANUAL UNIVERSA (2020)

Contextualização histórica e social

Cuidado na escolha das palavras

Cuidado com as fontes e as imagens

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anjos, J. C. V. dos. (2023). Feminicídio no telejornalismo: Matriz melodramática e novos ideais femininos [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12937869

Brito, A. V. B. de. (2022). Debaixo do mesmo teto: O feminicídio durante a pandemia e as narrativas telejornalísticas no Pará [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12522664

Bufelli, C. de C. (2020). A representação da mulher vítima de estupro coletivo em notícias do jornalismo digital: O jornalismo e a construção da notícia [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Plataforma Sucupira. https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9736085

Caldeira, B. L. (2022). "Queimem as bruxas!": Relatos em torno de feminicídios e o jornalismo como fogueira simbólica que incendeia mulheres mortas [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12591359

Cerqueira, L. (2018). A função pedagógica do telejornalismo: Os saberes de Paulo Freire na prática jornalística. Insular.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. (2001). Relatório n. 54/01, Caso 12.051: Maria da Penha Maia Fernandes, Brasil. Organização dos Estados Americanos.

Corrêa, M. (1983). Morte em família: Representações jurídicas de papéis sexuais. Graal.

Coutinho, I. (2016). O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In Anais do 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom.

Ferigato, G. M. (2019). Morte sem fama: Critérios de noticiabilidade do suicídio de anônimos em portais brasileiros[Dissertação de mestrado profissional, Centro Universitário FIAM-FAAM]. Plataforma Sucupira.https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7735329

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2026). Retrato dos feminicídios no Brasil [Nota técnica]. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-dia-mulher-2026.pdf

Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. Ciências Sociais Hoje, 2, 223–244. https://bds.unb.br/handle/123456789/1141.

Garcia, J. M. (2023). Violência contra a mulher: Uma análise semiótico-discursiva das notícias do G1 (2006-2016) [Tese de doutorado, Universidade Paulista]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14441638

Hall, S. (2016). Cultura e representação (D. Miranda & W. Oliveira, Trads.). Editora PUC-Rio; Apicuri.

Jara, T. M. (2019). #NenhumaAMenos: Redes sociais e feminismo(s) nos fluxos informativos do caso de feminicídio de Mayara Amaral [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7966194

Jornal da Band. (2025, 8 de março). Brasil registra 4 casos de feminicídio por dia [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=u3lhovkClLQ

Jornal da Record. (2025, 10 de março). Lei do Feminicídio completa 10 anos em meio a alta de casos em todo o país[Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=kLl33me5QQE

Jornal Nacional. (2025, 10 de março). Mais de 20 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses no Brasil [Vídeo]. Globoplay. https://globoplay.globo.com/v/13407974/

Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [Lei Maria da Penha]. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. (2015). Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm.

Lei n. 14.994, de 9 de outubro de 2024. (2024). Altera o Código Penal, a Lei das Contravenções Penais, a Lei de Execução Penal, a Lei dos Crimes Hediondos, a Lei Maria da Penha e o Código de Processo Penal, para tornar o feminicídio crime autônomo [...]. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14994.htm

Lima, A. R. de. (2019). Narrativas de feminicídio no radiojornalismo do interior gaúcho [Dissertação de mestrado profissional, Universidade Federal do Pampa]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8569347

Lima, J. G. S. (2022). Sentidos e significados da representação da mulher vítima de violência doméstica no Centro-Oeste em comentários de notícias do Facebook durante a pandemia [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12432040

Lopes, E. E. (2023). Feminicídio seguido de suicídio: Qual o papel da mídia em orientar para a prevenção de casos relacionados [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12795819

Mariano, I. S. de F. (2019). Jornalismo, narrativas e discursos: Um estudo sobre feminicídio no jornal A Gazeta[Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7654454

Martín-Barbero, J. (1997). Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia (R. Polito & S. Alcides, Trads.; [n.] ed.). Editora UFRJ.

Paz, P. H. G. da. (2018). "Hoje, se espremer o espelho, sai sangue": Etnografia da produção de notícias de feminicídio para o telejornal JPB 1ª Edição (PB) [Dissertação de mestrado profissional, Universidade Federal da Paraíba]. Plataforma Sucupira. https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6565775

Petrucci, G. (2019). "Vou só com passagem de ida": Enquadramento e aspectos políticos da violência contra a mulher na cobertura do caso Eliza Samúdio no portal UOL [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8040546

Pimentel, G. H. (2021). Conversação sobre violência no Brasil: Emoções e demandas por punição em casos de feminicídios e atos infracionais [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10670442

Rosas, F. A. (2021). Feminicídio em pauta: Uma análise de discurso de crimes que ganharam destaque no telejornal Correio Verdade [Dissertação de mestrado profissional, Universidade Federal da Paraíba]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11496444

Saffioti, H. I. B. (1969). A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade. Quatro Artes.

Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero, patriarcado, violência. Editora Fundação Perseu Abramo.

Santos, C. das G. V. dos. (2019). O uso do termo feminicídio no jornal Folha de S. Paulo [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7773451

Santos, C. P. (2022). (Re)existir aos enquadramentos do feminicídio: Caminhos afetivos no dar a ver o fenômeno e suas vítimas [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13189369

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Santos, K. C. da C. (2020). O discurso sobre o feminicídio: Uma análise sobre as mudanças no discurso jornalístico de O Popular sobre o assassinato de mulheres após a Lei nº 13.104/15 [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Plataforma Sucupira. https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10513319

Senado Federal. (2013). Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da violência contra a mulher: Relatório final. https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496481.

Silva, E. C. S. da. (2023). Não matem as mulheres [Dissertação de mestrado profissional, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14808947

Souza, N. L. de. (2023). Amefricanas e imagens de controle: A "Nega Ativa" em coberturas jornalísticas de violência de gênero envolvendo mulheres negras [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14386134

Supremo Tribunal Federal. (2023). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 779 (Rel. Min. Dias Toffoli). https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690

Teles, M. A. de A. (2023). Feminismos, ações e histórias de mulheres. Alameda. São Paulo.

Thomé, C., Guimarães, L. P. S. R., Silva, S. C. da, & Oliveira, A. C. C. de. (2026). Violência de gênero no telejornalismo: Análise da cobertura dos dez anos da Lei do Feminicídio. In Anais do IX Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Alcar.

Universa. (2020). Manual Universa para jornalistas: Boas práticas na cobertura da violência contra a mulher. UOL. https://download.uol.com.br/files/2020/11/4273738876_cartilha-universa-violencia-contra-mulher.pdf

Vernieri, S. de B. C. (2019). Invisibilidade que mata: Uma análise da abordagem de feminicídio nos portais de notícia do Piauí [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9211420

Vizeu, A. (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. Revista FAMECOS, 16(40), 77–83. https://doi.org/10.15448/1980-3729.2009.40.6321.

Vizeu, A. P., & Cerqueira da Silva, L. J. (2016). 65 anos de televisão: O conhecimento do telejornalismo e a função pedagógica. Revista FAMECOS, 23(3), Artigo ID22638. https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.3.22638

AGRADECIDA!

silva.simone@estudante.ufjf.br

lais.possani@estudante.ufjf.br

claudia.thome@ufjf.br

@narrativasmidiaticas

